

Brasília, 03 de agosto de 2026

Seleção

Sumário

Capital News

Domingo, 02 de agosto de 2026 | Propriedade Intelectual

Entenda como a Lei da Reciprocidade permite ao Brasil responder às tarifas dos EU... .. 3

Folha.com

Domingo, 02 de agosto de 2026 | Inovação

AstraZeneca negocia fusão com Bristol Myers Squibb em acordo de US\$ 400 bi 5

O Globo Online

Domingo, 02 de agosto de 2026 | Direitos Autorais

Lei de IA da União Europeia entra em nova fase com critérios mais rígidos de transp... .. 7

Entenda como a Lei da Reciprocidade permite ao Brasil responder às tarifas dos EUA

Na avaliação de assessor técnico da São Paulo Chamber of Commerce e da CACB, a legislação oferece mecanismos para reagir a medidas unilaterais, embora a implementação envolva desafios

O governo brasileiro informou que poderá acionar a Lei da Reciprocidade Econômica em resposta às novas tarifas anunciadas pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros. A decisão foi anunciada após o governo norte-americano aplicar, no último dia 23, uma sobretaxa adicional de 12,5%, que, somada à tarifa de 25% em vigor desde o dia anterior, pode elevar para 37,5% a tributação incidente sobre parte das exportações brasileiras. O Brasil também informou que pretende levar o caso à Organização Mundial do Comércio (OMC).

A Lei da Reciprocidade Econômica prevê instrumentos para que o Brasil responda a medidas comerciais unilaterais adotadas por outros países que afetem a competitividade nacional. Entre as possibilidades estão a aplicação de tarifas adicionais, a suspensão de concessões comerciais e outras contramedidas relacionadas a serviços, investimentos e **propriedade intelectual**.

Segundo o assessor técnico de Relações Comerciais Internacionais da São Paulo Chamber of Commerce (SP Chamber/ACSP) e da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), Maurício Manfré, a legislação oferece ao país mecanismos para responder às medidas adotadas pelos Estados Unidos.

"A Lei da Reciprocidade oferece ao Brasil instrumentos para responder a medidas comerciais unilaterais que prejudicam a competitividade das empresas brasileiras. Entre os possíveis desdobramentos estão a aplicação de tarifas adicionais sobre determinados produtos norte-americanos, como a suspensão de concessões comerciais e outras contramedidas relacionadas a serviços, investimentos e até **propriedade intelectual**. Mas existe uma dificuldade", ponderou.

A nova sobretaxa norte-americana foi justificada pelo Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR) com a alegação de que o

Brasil falhou em proibir e fiscalizar a importação de produtos produzidos total ou parcialmente com trabalho forçado em outros países. Diferentemente da tarifa anterior, a alíquota de 12,5% foi aplicada de forma linear, sem lista de exceções.

Para o professor da Faculdade do Comércio da Associação Comercial de São Paulo (FAC), que também atua como despachante aduaneiro e árbitro de comércio internacional, Laércio Munhoz, as novas tarifas atingem principalmente produtos manufaturados e de maior valor agregado.

"Evidente que os Estados Unidos não taxaram aqueles produtos que precisam muito de nós - café, petróleo, aeronaves, celulose, suco de laranja, ferro e aço. Taxaram o outro lado, de calçados, de máquinas industriais, pneu, papel, madeira, tabaco e outros produtos de alumínio. Então, é o primeiro embate que temos, esses 25%. Só que somado a isso tem uma tarifa adicional de 12,5%, chamada de tarifa sobre o trabalho forçado. Saímos dos 25% de aumento para 37,5%", frisou Munhoz.

Segundo o governo brasileiro, as medidas adotadas pelos Estados Unidos são consideradas "arbitrárias e injustificadas". A eventual aplicação da Lei da Reciprocidade Econômica seguirá os procedimentos previstos na legislação, enquanto o Brasil também buscará discutir o tema no âmbito da OMC.

O que prevê a Lei da Reciprocidade? A Lei da Reciprocidade Econômica autoriza o governo brasileiro a adotar medidas em resposta a barreiras comerciais impostas por outros países quando elas forem consideradas prejudiciais aos interesses nacionais. Entre os instrumentos previstos na legislação estão:

Aplicação de tarifas adicionais sobre produtos importados;

Suspensão de concessões comerciais concedidas ao país que adotou a medida;

Restrições relacionadas à prestação de serviços;

Medidas envolvendo investimentos estrangeiros;

Contramedidas na área de **propriedade intelectual**, quando cabíveis.

A adoção dessas medidas não é automática. A legislação prevê que a resposta brasileira seja precedida de análise técnica e da avaliação dos impactos econômicos, podendo ser utilizada como instrumento de negociação e defesa dos interesses comerciais do país.

Disponível em: brasil61.com

REDES SOCIAIS

Perfis

Facebook @CapitalNews

Twitter @CapitalNews

Instagram @CapitalNews

Google News Capital News

Threads @CapitalNews

TikTok @capitalnews.com.br

Bluesky @capitalnews.bsky.social

YouTube @CapitalNEWScombr

LinkedIn Capital News

Telegram @CapitalNews

Canal no

Capital News

Grupos no

Notícias de Campo Grande e do Mato Grosso Do Sul

Concursos em Campo Grande e Mato Grosso do Sul

Emprego & Oportunidades - Campo Grande e Mato Grosso do Sul

Esporte MS

Plantão Policial MS

Canais no Telegram

Notícias de Campo Grande e do Mato Grosso Do Sul

Emprego & Oportunidades

Concursos

REPORTAR NEWS

Whatsapp 6730424141

Telegram @ReportarNews

AstraZeneca negocia fusão com Bristol Myers Squibb em acordo de US\$ 400 bi



Acordo pode criar a quarta maior farmacêutica do mundo por capitalização de mercado

Negociações ocorrem meses após AstraZeneca elevar status de listagem em Nova York

A farmacêutica britânica AstraZeneca está em negociações para se fundir com a rival americana Bristol Myers Squibb em um acordo que pode criar um dos maiores grupos farmacêuticos do mundo, avaliado em quase US\$ 400 bilhões (R\$ 2 trilhões).

As empresas mantiveram discussões sobre uma fusão nos últimos meses, segundo pessoas familiarizadas com o assunto. As conversas podem resultar em um acordo em breve, mas também podem ser adiadas ou fracassar, disseram as fontes.

A AstraZeneca, a segunda empresa listada mais valiosa do Reino Unido, tem um valor de mercado de cerca de 196 bilhões de libras (R\$ 1,3 trilhão), enquanto a BMS vale aproximadamente US\$ 133 bilhões (R\$ 675,6 bilhões).

Uma combinação das duas pode ser um dos maiores negócios do setor de todos os tempos, com potencial de criar a quarta maior farmacêutica do mundo por capitalização de mercado.

O acordo liderado pelo veterano CEO da AstraZeneca, Sir Pascal Soriot, pode expandir a presença da farmacêutica no mercado americano. Também pode intensificar os temores britânicos de que as maiores empresas do Reino Unido estejam se afastando do país. As negociações ocorrem após a AstraZeneca, em junho, ter elevado o status da listagem em Nova

York de sua empresa do FTSE 100, em um golpe para a Bolsa de Valores de Londres.

A estrutura exata de qualquer acordo não pôde ser determinada imediatamente, mas provavelmente exigiria tanto dinheiro quanto ações.

A AstraZeneca recusou-se a comentar. A BMS não respondeu imediatamente aos pedidos de comentário.

A rival americana Pfizer fez uma oferta de grande repercussão pela AstraZeneca em 2014, que avaliava a farmacêutica em quase 70 bilhões de libras (R\$ 479 bilhões). Essas discussões impulsionaram o sentimento dos investidores em um momento em que a AstraZeneca enfrentava dificuldades com fracassos de medicamentos em ensaios clínicos de fase avançada.

Soriot foi fundamental na rejeição da abordagem da Pfizer há mais de uma década, e a AstraZeneca cresceu sob sua gestão para se tornar uma potência com um portfólio líder de medicamentos oncológicos. A BMS também possui uma grande divisão de oncologia.

A AstraZeneca estabeleceu uma meta ambiciosa de receita de US\$ 80 bilhões (R\$ 406 bilhões) até 2030, em comparação com os US\$ 58,7 bilhões (R\$ 298 bilhões) que gerou no ano passado. Esse nível de crescimento depende do mercado americano, onde a empresa já obtém quase metade de suas receitas.

Soriot disse em uma teleconferência com jornalistas na semana passada que a AstraZeneca não "precisa de fusões e aquisições para entregar" sua meta de receita para 2030.

Mas nos últimos anos a empresa tem sido ativa com acordos de licenciamento na China para fortalecer seu pipeline. Qualquer acordo eclipsaria a aquisição de 2021 da AstraZeneca da empresa de biotecnologia de doenças raras Alexion por US\$ 39 bilhões (R\$ 198 bilhões), a maior de sua história.

A BMS tem sido apontada como uma retardatária do setor depois que seu acordo de US\$ 74 bilhões

Continuação: ■ AstraZeneca negocia fusão com Bristol Myers Squibb em acordo de US\$ 400 bi■

(R\$ 375 bilhões) para comprar a empresa de **biotecnologia**. Celgene em 2019 não rendeu os retornos esperados. A empresa também teve que lidar com perdas potenciais massivas de receita de medicamentos essenciais que perderão a **patente** nos próximos anos.

Qualquer acordo transfronteiriço pode ser controverso. É provável que enfrente escrutínio político em ambos os lados do Atlântico, especialmente no Reino Unido sobre a possibilidade de a AstraZeneca usar o acordo para transferir sua sede para os EUA.

Qualquer combinação está sujeita a rigorosa análise antitruste, dado que ambas possuem grandes divi-

sões de oncologia. Ainda assim, isso ocorre enquanto a administração do presidente americano Donald Trump tem demonstrado abertura para negócios, o que ajudou a impulsionar os volumes de fusões e aquisições nos EUA para níveis quase recordes.

As ações da BMS subiram 21% desde o início do ano, enquanto as da AstraZeneca caíram 8% no mesmo período.

Lei de IA da União Europeia entra em nova fase com critérios mais rígidos de transparência e multas milionárias



OK, Computer OK, Computer

Usuário deve saber quando está conversando com chatbot não humano e áudios e vídeos criados com a tecnologia devem ser rotulados

Uma nova etapa da lei de Inteligência Artificial na União Europeia entrou em vigor neste domingo, com critérios mais rígidos de transparência, e dando poder ao Escritório de IA do bloco (AI Office) para fiscalizar e punir com multas milionárias empresas que descumprirem as regras. A legislação, aprovada em 2024, atinge agora um marco crucial para garantir que os cidadãos saibam quando estão interagindo com tecnologias automatizadas ou lendo textos e vendo imagens geradas por IA. São diferentes "camadas de proteção" aos usuários consideradas inéditas no mundo.

Marco global: União Europeia aprova legislação pioneira sobre inteligência artificial Nem OpenAI, nem Anthropic: veja quem são os vencedores da corrida da IA

A lei já proíbe desde o ano passado práticas como o uso da IA para enganar ou manipular pessoas e para explorar vulnerabilidades relacionadas à idade ou a situações de deficiência. Também veta o uso da tecnologia para reconhecimento de emoções em escolas e no ambiente de trabalho e impõe limitações estritas ao uso de dados biométricos.

A partir de agora, as empresas de IA que operam no bloco europeu devem seguir obrigações específicas de divulgação para preservar a confiança e a segurança dos usuários. O descumprimento dessas normas pode resultar em sanções severas, com multas que chegam a 3% do faturamento global anual da empresa ou até 15 milhões de euros, prevalecendo o valor que for maior. Em casos graves, a multa pode chegar a 7% do faturamento anual.

O Escritório de IA assume oficialmente seus poderes de fiscalização e de aplicar sanções. O órgão poderá solicitar documentação técnica, realizar avaliações e inspeções diretas nos modelos de IA, e exigir medidas corretivas das empresas. A entidade também poderá impor restrições à implantação de novos modelos de IA.

Cidadãos e empresas também podem utilizar ferramentas oficiais, como o "Complaint Tool" (ferramenta para queixas), para reportar infrações caso percebam, por exemplo, que estão falando com um chatbot (programa de computador que simula conversa via texto ou voz, alguns usando IA) sem a devida identificação.

Saiba quais as novas regras para IA que entram em vigor na UE:

Rotulagem de Deepfakes e Conteúdo Gerado por IA: Vídeos, áudios e imagens criados ou manipulados por IA (deepfakes) devem ser claramente rotulados com avisos ou marcas visíveis. Além disso, esses arquivos devem conter marcas legíveis por máquinas para facilitar sua detecção.

Textos de Interesse Público: Textos gerados por IA publicados para informar o público sobre questões de interesse geral também precisam ser identificados como tal.

Interação com Chatbots: Sempre que um usuário estiver conversando com um sistema de IA, ele deve ser obrigatoriamente informado de que não se trata de um humano.

Poder de Fiscalização do Escritório de IA: O Escritório de IA da União Europeia (AI Office) assume

oficialmente seus poderes de governança, podendo investigar modelos de IA, solicitar documentação técnica e exigir medidas corretivas

Multas e Sanções: O descumprimento dessas normas pode acarretar multas de até 3% do faturamento global anual da empresa ou 15 milhões de euros, prevalecendo o valor que for maior. Em casos graves, a multa pode chegar a 7% do faturamento anual

Modelos de Uso Geral (GPAI): Provedores desses modelos devem agora apresentar documentação técnica, respeitar as leis de **direitos autorais** da UE e publicar resumos detalhados dos conteúdos usados para o treinamento das ferramentas

Novos episódios: OpenAI identifica que outros agentes de IA escaparam de contenção

Diferentes níveis de risco

Estão previstos quatro níveis de risco na lei de IA europeia. No topo da pirâmide, consideradas práticas de risco inaceitável, estão ameaças claras à segurança, aos meios de subsistência e aos direitos fundamentais das pessoas, como manipulação comportamental subliminar e reconhecimento facial biométrico em tempo real em espaços públicos. Sistemas de IA que geram conteúdo sexualmente explícito não consensual (nudez gerada por IA sem permissão) e material de abuso sexual infantil são classificados como risco inaceitável e as regras contra essas práticas estão previstas para dezembro deste ano.

São classificados como de alto risco, os sistemas que afetam negativamente a segurança ou direitos fundamentais - e exigem salvaguardas rigorosas - em áreas como infraestruturas críticas, educação, emprego, gestão de migração e aplicação da lei. Essas ações precisam de bases de dados amplas, documentação técnica e supervisão humana e integram a última fase da lei a entrar em vigor.

A falta de transparência é considerada um risco limitado e é esta camada que entra em vigor agora na UE. Nesse caso, as regras obrigam os fornecedores a garantir que os usuários saibam que estão interagindo com uma IA, incluindo o uso de chatbots e geradores de conteúdos ou imagens manipuladas (deepfakes), que devem ser claramente identificados.

Já de risco mínimo ou inexistente estão enquadrados a maioria dos sistemas de IA atuais na Europa, que englobam jogos de vídeo games impulsionados por IA e filtros de spam de e-mail.

Marco mais avançado

A Lei de Inteligência Artificial da União Europeia é considerada o marco regulatório mais avançado do planeta neste tema, visando equilibrar a **inovação tecnológica** com a proteção dos direitos fundamentais e a privacidade dos usuários. Ela vem sendo implementada gradualmente e a etapa final está prevista para 2028. Quando a lei entrou em vigor, o comissário do Mercado Interno da UE, Thierry Breton, disse que a "Europa agora está estabelecendo um padrão global para uma IA confiável".

A regulação surge em um momento de rápida evolução da IA generativa. Embora grandes empresas de tecnologia tenham expressado preocupação de que as regras possam limitar a competitividade do bloco europeu frente aos EUA e à China, os legisladores defendem que a clareza jurídica dará às empresas um caminho prático para demonstrar conformidade e segurança.

Os modelos de IA que já estavam no mercado antes de sua aprovação possuem um período de adaptação para cumprir as novas exigências até 2 de dezembro de 2026.

O que já entrou em vigor

Março de 2024: A Lei de IA foi aprovada pelo Parlamento Europeu

Agosto de 2024: Lei entrou oficialmente em vigor

Fevereiro de 2025: Proibição de práticas de "risco inaceitável", como sistemas de classificação social e manipulação comportamental

O que está entrando em vigor agora

Agosto de 2026: Nova fase da lei exige mais transparência (com rotulagem de textos, imagens, áudios e interação de chatbots gerados por IA). Punição para empresas que desrespeitarem regras através do Escritório de Inteligência Artificial da UE

Quais os próximos passos

Dezembro de 2026: Entram em vigor novas proibições para sistemas de IA que geram conteúdo sexualmente explícito não consensual (nudez gerada por IA sem permissão) e material de abuso sexual infantil

Dezembro de 2027: Começam a ser aplicadas as normas estritas para sistemas de inteligência artificial classificados como de alto risco, incluindo ferramentas usadas em setores sensíveis como saúde, infraestrutura crítica, educação, financeiro e gestão de fronteiras. Esses sistemas deverão obrigatoriamente manter registros de utilização, garantir supervisão humana e reduzir riscos operacionais

Agosto de 2028: Esta é a etapa final prevista, em que as regras passarão a valer para sistemas de IA de alto risco que já vêm integrados em produtos regulamentados pela legislação da UE

Esses prazos foram estendidos recentemente para permitir que as empresas tenham tempo suficiente para se adaptarem às novas e complexas exigências de conformidade.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais	5,6,7
Inovação	3,4
Propriedade Intelectual	1,2